

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

06/03/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Frente Sindical vai debater a reforma da Previdência

Uma das principais medidas do governo Temer, que enfrenta rejeição até mesmo entre deputados da base governista, a iminente votação da reforma da Previdência acendeu o sinal de alerta para o movimento sindical da região – majoritariamente contrário à medida proposta pelo governo. Para debater com a população os principais itens da reforma e, ao mesmo tempo, articular mobilizações conjuntas entre as entidades de classe da região, a Frente Sindical Classista da Baixada santista realiza amanhã, em Santos, o 1º Encontro de Formação e Mobilização com o tema “Desmonte da Previdência – o Futuro Roubado”. A atividade será realizada no dia 7 de março, às 18h30, na sede do Sindicato dos Petroleiros (Avenida Conselheiro Nébias, 248), e terá dois palestrantes especialistas na área como convidados: Wilson Antônio Romero, presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIB); e Sérgio Pardal, advogado e professor especializado em Direito Previdenciário.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 06/03/2017

Câmara resiste em aprovar idade de 65 anos para aposentadoria

O desenrolar das discussões na Câmara Federal sobre a reforma da previdência social estão preocupando o Governo Federal, que poderá ter seu texto modificado nos itens que considera fundamentais, como idade mínima de 65 anos, nas regras de transição e também no pagamento de pensões. É que deputados, mesmo alguns da base do Governo, estão resistindo em aprovar a idade mínima de 65 anos para a aposentadoria e dizem que vão fazer novas emendas no texto do Governo sobre outros temas da reforma previdenciária. Uma das primeiras emendas já apresentadas por deputados diz não à idade de 65 anos. Ao todo, 349 parlamentares assinaram a emenda que sugere idade mínima de 60 anos para homens e 58 anos para mulheres.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 05/03/2017

Reforma da previdência pode não ser suicídio político, diz pesquisador

Como políticos conseguem sobreviver a cortes nas aposentadorias, um dos programas sociais mais disseminados e populares do mundo? A questão levou o especialista em seguridade social Einar Øverbye, 60, professor da Escola de Ciências Aplicadas da Universidade de Oslo e Akershus, a estudar reformas previdenciárias levadas a termo na Europa e na América Latina a partir dos anos 1990. Teorias pregavam que reduzir benefícios era suicídio político. Eram vistas como particularmente impossíveis tentativas de passar de um modelo de repartição (como o brasileiro, em que uma geração mais jovem sustenta a aposentadoria dos mais velhos) para um de capitalização (no qual cada trabalhador deposita para sua própria aposentadoria), porque os trabalhadores que já arcavam com os atuais aposentados seriam duplamente onerados para garantir renda futura. “Mas as reformas aconteceram, com apoio e muitas vezes por iniciativa de políticos social-democratas, que costumam ser avessos a qualquer ideia de corte social.” Em sua pesquisa, o cientista político elencou fatores estruturais e psicológicos que podem ser decisivos. Entre os estruturais, estão a amplitude da cobertura previdenciária (quanto mais informalidade, menos opositores), crises econômicas (que torna críveis possíveis calotes das aposentadorias) e a perspectiva de juros altos.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 05/03/2017

TENDÊNCIAS / DEBATES - Governo quer ampliar a Miséria, por Ricardo Patah

Não se deve perder de vista que a Previdência Social no Brasil tem um papel fundamental no combate à miséria. Trata-se de um dos maiores e melhores programas de distribuição de renda do mundo, apesar de ser muito mal administrado, uma verdadeira caixa-preta.

Sendo implantada a idade mínima de 65 anos para aposentadoria, os jovens, os pobres e as mulheres serão os mais prejudicados, ampliando ainda mais a desigualdade social de nosso país.

E há mais. O açodamento com que se conduz esse debate -com intensa propaganda do governo, de forma a difundir a ideia de que sem a reforma não haverá aposentadoria no futuro- assusta e deixa a população em polvorosa.

A pressa não permite o amplo debate de uma questão central na vida dos brasileiros. A criação de barreiras de acesso aos benefícios lançará famílias, idosos e deficientes à própria sorte.

Não resta dúvida de que as mudanças demográficas precisam ser acompanhadas com muito cuidado. Estudos a que temos acesso mostram que o envelhecimento da população impactará significativamente a Previdência apenas a partir de 2027.

Embora a expectativa de vida dos brasileiros seja de 75 anos, na média, segundo o IBGE, os Estados do Nordeste -especialmente Maranhão, Piauí e Alagoas- ficam abaixo disso, por volta dos 68 anos.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 04/03/2017



Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 06/03/2017

Planos de previdência empresariais caem 2%

O número de planos empresariais de previdência privada encolheu 2% em 2016 devido ao aumento do índice de desemprego. O ano terminou com um total de 3,14 milhões de planos do segmento, segundo a Fenaprevi (Federação Nacional de Previdência Privada e Vida), que reúne 67 seguradoras e entidades abertas de previdência complementar. O resultado interrompe a trajetória de crescimento dos produtos corporativos, que registraram um aumento de 14,4% em 2015.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo. – 06/03/2017

Terceirização interessa a 41% dos pequenos empresários, diz Sebrae

O Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) realizou pesquisa segundo a qual 41% dos donos de pequenos negócios manifestam interesse em assumir áreas que podem ser terceirizadas por médias e grandes empresas.

A entidade, que é favorável ao projeto da Câmara que regulamenta a terceirização no país, ouviu mais de 6.000 micros e pequenos empreendedores. Dos entrevistados, 37% disseram não ver oportunidade de novos negócios com a liberação geral das terceirizações.

A pesquisa também mostra que 51,6% dos entrevistados que têm empregados não pretendem terceirizar suas atividades. A Câmara pretende votar ainda em março projeto que libera empresas para terceirizar qualquer setor de sua atividade, inclusive a principal, o que hoje é vedado por jurisprudência do TST.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 04/03/2017